

Wladimir Novaes Martinez

COMENTÁRIOS ÀS LEIS DO AUXÍLIO EMERGENCIAL

Estudo Prático Sobre o *Coronavoucher*

**2ª Edição 2021 – Revista e Atualizada de Acordo
com as Leis 13.982/2020, 13.998/2020
e MPs 1.000/2020 e 1.039/2021**

Curitiba
Juruá Editora
2021

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-400-1

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ermani de Carvalho Pacheco

Martinez, Wladimir Novaes.

M385 Comentários às leis do auxílio emergencial:
estudo prático sobre o *Coronavoucher*./ Wladi-
mir Novaes Martinez./ Curitiba: Juruá, 2021.
222p.: il.; 21cm

1. Programa de sustentação de renda – Brasil.
2. Brasil – Política social. 3. Auxílio emergencial.
I. Título.

CDD 361.610981(22.ed)
CDU 339.12

0 0025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9/626

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	13
------------------------------------	-----------

INTRODUÇÃO	15
-------------------------	-----------

PARTE I

1 FONTES FORMAIS	23
-------------------------------	-----------

2 DESTINATÁRIOS REGULAMENTADOS	27
---	-----------

Empregado formalizado.....	28
----------------------------	----

Agente público.....	28
---------------------	----

Empregado informalizado	28
-------------------------------	----

Trabalhador intermitente	28
--------------------------------	----

Profissional autônomo	28
-----------------------------	----

Obreiro desempregado.....	29
---------------------------	----

Família monoparental	29
----------------------------	----

Benefício temporário	29
----------------------------	----

Segurado facultativo	29
----------------------------	----

Clientela protegida.....	29
--------------------------	----

3 CLIENTELA PROTEGIDA.....	31
-----------------------------------	-----------

Brasileiro no exterior	33
------------------------------	----

Voluntários	33
-------------------	----

Moradores de rua	33
------------------------	----

Presidiários	34
--------------------	----

Evadidos	34
----------------	----

Quilombolas	34
-------------------	----

Ciganos	34
---------------	----

Andarilhos	34
------------------	----

Circenses.....	34
----------------	----

Suplente de vereador	35
----------------------------	----

4 NATUREZA JURÍDICA	37
5 CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS	39
Excepcionalidade da medida.....	39
Automaticidade da concessão.....	39
Verificação da regularidade.....	40
Solicitação <i>a posteriori</i>	40
Dispensa de perícia médica.....	40
Duração da manutenção.....	40
Política pública.....	40
Alimentaridade do benefício.....	41
Valor tabelado.....	41
Clientela definida.....	41
6 GESTORES DA OBRIGAÇÃO	43
7 ASPECTOS FORMAIS	47
8 CONSTITUCIONALIDADE DO BENEFÍCIO.....	49
9 RELAÇÃO JURÍDICA.....	51
10 ESTÁGIOS DA PRETENSÃO	53
Direito adquirido.....	53
Expectativa de direito.....	54
Percimento do benefício.....	54
Ausência de direito.....	54
11 DECADÊNCIA DO DIREITO	55
12 INVOCAÇÃO DA ANALOGIA.....	57
Conceito mínimo.....	57
Hermenêutica aplicável.....	57
Validade intrínseca.....	57
Riscos da utilização.....	58
Técnicas comuns.....	58
Custeio da obrigação.....	58
13 PROCESSUALÍSTICA DO PLEITO.....	59
14 INTERPRETAÇÃO DA MATÉRIA	61
Dano moral.....	61

15 JUSTIÇA COMPETENTE	65
Natureza dos órgãos.....	65
Ministério da Cidadania.....	66
Banco do Brasil	66
Caixa Econômica Federal.....	66
INSS	66
Receita Federal do Brasil.....	66
Substituição da Justiça Federal.....	67
16 MEIOS PROBATÓRIOS	69
Modelo de declaração.....	70

PARTE II

17 EMENTA DA LEI	73
18 BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	75
Incapacidade financeira	75
Regra de acumulação.....	76
Extensão à segunda pessoa.....	77
Conceito de renda <i>per capita</i>	77
Ampliação do valor	78
Nível da deficiência e perda de autonomia.....	79
Circunstâncias pessoais	79
Orçamento do núcleo familiar	80
19 FAMÍLIA MONOPARENTAL	81
Norma mais benéfica	81
Conceito de monoparentalidade.....	82
Prova dos rendimentos.....	82
Conceito de renda familiar.....	82
Excluídos do conceito.....	83
Cálculo da renda individual	83
Limitação da família	83
20 REQUISITOS BÁSICOS	85
Disposição regulamentar	86
Maioridade protetiva.....	86
Empregado formalizado.....	87
Agentes públicos.....	88

Benefícios da seguridade social.....	88
Rendas do titular	89
Renda individual	90
Renda familiar	90
Renda tributável.....	90
Microempreendedor Individual	90
Contribuinte individual do Regime Geral.....	90
Beneficiados pela Lei 12.470/2011	91
Trabalhadores distinguidos.....	91
Trabalhador intermitente.....	91
Mãe de família	91
Benefício assistencial.....	91
Acesso ao benefício	92
21 DINÂMICA DA MANUTENÇÃO.....	93
<i>Modus operandi</i>	93
Cronograma do pagamento.....	94
Conta bancária	94
Montante da renda mensal	95
Critério de reajustamento.....	95
Data do início.....	95
Concessão indevida.....	96
Falecimento do titular	96
Percipiente do seguro-desemprego	96
22 EMPREGADOS FORMALIZADOS.....	97
23 PARTICIPAÇÃO DO INSS	99
24 ANTECIPAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA.....	101
Período de carência.....	102
Atestado médico	102
Posição do Conselho Federal de Medicina	102
Exigência do atestado médico.....	103
Passos do documento	104
Menores de idade.....	104
Prorrogação do benefício	105
Perícia remota	105
25 REPASSE DOS PRIMEIROS 15 DIAS.....	107

26 PRORROGAÇÃO DOS 90 DIAS	109
27 VIGÊNCIA DA LEI	111

PARTE III

28 EMENTA DA LEI 13.998/2020	115
29 INCAPACIDADE PARA FINS DO BPC	117
30 DISPOSIÇÕES DIVERSAS	119
Maioridade protetiva.....	120
31 PESCADOR ARTESANAL	121
32 NORMA MAIS BENÉFICA	123
33 CLIENTELA PROTEGIDA	125
34 DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA	127
35 FAMÍLIA MONOPARENTAL	129
36 EMPREGADOS FORMALIZADOS	131
37 CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS	133
38 CESSAÇÃO OU REDUÇÃO DE BENEFÍCIOS	135
Abrangência do tema	135
Paralisação da manutenção	135
Cessação e redução.....	136
Aposentadoria por invalidez.....	136
Benefícios abrangidos.....	136
Clientela do preceito	136
Enfermidade grave.....	137
Confusão vernacular	137
Retorno do cenário.....	137
<i>Mors omnia solvit</i>	137
Normas do parágrafo �nico	137
39 SUSPENSÃO DE PARCELAS DO FIES	139
Conceito de FIES.....	140
Condição exigida	140
Suspensão das parcelas.....	140

Estudante com curso concluído	140
Número de parcelas	140
Prorrogação dos prazos	140
40 NORMAS REVOGADAS	141
41 VIGÊNCIA DA LEI	143

PARTE IV

42 EMENTA DA MP 1.000/2020	147
Introdução	147
Residualidade do auxílio emergencial	148
Auxílio emergencial para setembro a dezembro de 2020	149
Desnecessidade de requerimento	150
Vigência das mensalidades	150
Impedimentos legais	152
Renda familiar mensal e total	153
Residente no exterior	153
Rendimentos tributários	153
Propriedade de bens	153
Rendimentos isentos	154
Dependente de declarante	154
Presidiário	154
Idade mínima	155
Falecido	155
Verificação mensal	155
Inscrição no CPF	156
43 QUOTAS	157
Quotas familiares	157
Duplicidade da quota	157
Família monoparental feminina	157
Acumulação do benefício	158
Acumulação permitida	158
44 CARACTERIZAÇÃO DA RENDA	159
45 BENEFÍCIO DO BOLSA FAMÍLIA	161
Hipótese da soma dos benefícios	161
Suspensão do bolsa família	161

46 EMPREGADOS FORMALIZADOS	163
Empregados sem remuneração	164
47 RENDA FAMILIAR	165
Valores excluídos	166
Renda familiar <i>per capita</i>	166
48 MODUS OPERANDI DO PAGAMENTO	167
49 VEDAÇÃO DE DESCONTOS OU COMPENSAÇÕES	169
50 TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÕES	171
51 DISPENSA DE LICITAÇÕES	173
52 FIM DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	175
53 TIPOS DE PAGAMENTOS	177
54 DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	179
55 RETORNO DOS VALORES AOS COFRES PÚBLICOS	181
56 REGULAMENTO DA LEI	183
57 VIGÊNCIA DA MP 1.000/2020	185

PARTE V

58 AUXÍLIO EMERGENCIAL 2021	189
Medida Provisória 1.039, de 18 de março de 2021.....	189
Instituição do benefício assistencial	189
Desnecessidade do requerimento.....	190
Trabalhadores sem direito.....	190
Banco de dados.....	192
Revisão da elegibilidade	192
Regime fechado	192
Inscrição no CPF	193
Banco de dados.....	193
Disponibilidade de dados.....	193
Unicidade de beneficiário	194
Provedora da família monoparental.....	194
Família unipessoal.....	194

Cumulação com outros benefícios.....	194
Conceito de grupos familiares	195
Conceito de renda	195
Substituição do Programa Bolsa Família.....	195
Conceito de empregados.....	196
Conceito de ex-empregados.....	196
Renda familiar	196
Rendimentos excluídos da renda familiar	197
Renda família <i>per capita</i>	197
Identidade com o auxílio emergencial da LAE.....	197
Vedação de retenções.....	197
Repasse de dados	198
Dispensa de licitações.....	198
Modo de pagamento.....	198
Observância do sigilo bancário	198
Cessão de dados federais	199
Compartilhamento de dados	199
Retorno dos valores à União.....	199
Contratação de pessoal.....	199
Dispensa de estudos técnicos.....	200
Elementos do projeto básico simplificado	200
Vigência dos contratos administrativos	200
Regulamentação administrativa.....	201
Prescrição contra o processamento	201
Prorrogação do auxílio emergencial 2021	201
Reavaliação dos pedidos.....	201
Ato de improbidade administrativa.....	202
Irregularidade nos auxílios anteriores.....	202
Não restituição do indevido.....	202
Desconto do indevido	202
Vigência da lei	203
ÍNDICE REMISSIVO.....	205